

# Um “bordado oculto”: O Islã na periodização literária africana

Fernanda Gallo\*

## Resumo

Levando em consideração o oceano Índico enquanto uma “arena inter-regional de interação política, econômica e cultural” (Bose, 1998, p.26) na qual, desde o século VII, os processos de islamização contribuíram para a disseminação de diferentes formas de literacia no continente africano, este texto revisita criticamente a periodização literária comumente utilizada na área das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, defendendo sua ampliação a partir das contribuições levantadas, sobretudo, por Isabel Hofmeyr (2018); Chapane Mutia e Clarisse Vierke (2020, 2022) e Lizzat Bonate (2016) no que se refere ao papel do Islã nos circuitos de escrita e na produção literária.

**Palavras-chave:** Islã; Literatura; História.

---

\* Pesquisadora independente associada ao CEsa – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (Universidade de Lisboa), historiadora e doutora em antropologia social. <https://orcid.org/0000-0001-6207-7837>

# A “hidden embroidery”: Islam in African literary periodizations

## Abstract

Considering the Indian Ocean as an ‘inter-regional arena of political, economic, and cultural interaction’ (Bose, 1998) in which, since the 7th century, the processes of Islamization on the African continent contributed to the dissemination of different forms of literacy, this text critically revisits the literary periodization commonly used in the field of Lusophone African Literatures, advocating for its expansion based on the contributions raised, especially by Isabel Hofmeyr (2018); Chapane Mutia and Clarisse Vierke (2020, 2022); and Lizzat Bonate (2016) regarding the role of Islam in writing circuits and literary production.

Keywords: Islam; Literature; History.

Recebido em 17/07/2024 / Aceito em 1/12/2024

## A Islã e a escrita

Mwenye adaka kusoma  
Mungu ampe salama  
enda janati naima  
masikani akukaya,  
stz 293<sup>1</sup>.

Em 16 de maio de 1794, uma carta escrita pelo soberano da ilha de Quíloa, uma importante cidade swahili localizada na atual Tanzânia, foi recebida por Diogo de Souza, então capitão-mor e governador de Moçambique. Na carta, escrita em alfabeto árabe e língua kiswahili, o “mouro Salé”, assim designado pelo governador, reclamava do descumprimento de direitos acordados com o governador anterior sobre o livre acesso de mercadorias vindas da Ilha de Moçambique. O documento foi analisado por Matheus Servá e Ricardo Roque (2023) ao discutirem a literacia no final do século XVIII e início do XIX através de um conjunto de fontes documentais escritas em árabe, kiswahili ou ajami – escrita árabe em línguas não árabes – e o tratamento arquivístico dado a elas na série “Moçambique”, do Fundo do Conselho Ultramarino, cujas caixas (inventariadas e não inventariadas) se encontram no Arquivo Ultramarino de Lisboa. Na referida carta, os pesquisadores indicam que a reivindicação escrita foi acatada pelo governador ao determinar a liberação das alfândegas na Ilha de Moçambique e permitir a passagem das embarcações do soberano. Os autores também apresentam outras fontes interessantes, como o “Acordo de amizade entre o Reino de Portugal e o poderoso sultão [Imã] de Mascate”, produzido por Sebastião Botelho, governador e capitão-general de Moçambique, escrito em português e em ajami, no dia 10 de

---

<sup>1</sup> Excerto do poema *Nazajina*, escrito e recitado em kiswahili. Tradução: “The one who reads the text, will be saved by God and taken to the wonderful garden of Paradise to live there” ( Mutiua e Vierke, 2020, p.70)

agosto de 1826. Já o xeque Janfar Salim, após ser acusado de abrigar escravizados, enviou ao governador, no ano de 1819, duas cartas escritas em ajami e em português, alegando não confiar no tradutor português. As fontes indicam diferentes estratégias de negociação entre os potentados e xicados muçulmanos-suaílis como os de Quissanga, Angoche, Sangage, Sancul e Quitangonha com a administração portuguesa, uma prática existente muito antes da chegada dos próprios portugueses na costa oriental africana, visto que já existia “uma consolidada prática escrita e uma cultura de arquivamento entre mercadores e lideranças políticas da região. A literacia islâmica africana na região não deixou de existir com a consolidação do contexto de expansão colonial portuguesa.” (Servá e Roque, 2022, p.75-76)<sup>2</sup>.

Parte dos documentos examinados por Servá e Roque está disponível na base de dados do projeto “ÍNDICO: Arquivos coloniais nativos: micro-histórias e comparações”, o que evidencia o potencial de pesquisa sobre diferentes textos escritos por africanos em línguas não eurófonas, como o kiswahili. Na realidade, existem diversos arquivos digitais que disponibilizam biografias, tratados de jurisprudência e comerciais, poemas, crônicas e relatos históricos em árabe ou ajami, como as abundantes *ta'rikhs* de Guiné-Bissau<sup>3</sup>. Um exemplo notável é a *African Ajami Library*<sup>4</sup>, coordenada pelo antropólogo Fallou Ngom, que desempenha um papel crucial na promoção da visibilidade do “patrimônio escrito africano”<sup>5</sup>.

---

2 O projeto *Índico* disponibiliza fontes históricas no site: <https://indico.ics.ulisboa.pt/> Último acesso em 11 jun.2024. No Brasil, o projeto “Histórias e Culturas Suaíli do norte de Moçambique: experiências de inclusão social por meio do ensino de história e das mídias digitais (Brasil-Moçambique)”, desenvolvido na PUC-Rio pela professora Regiane Mattos, também disponibiliza documentos através do portal: <http://www.acervodigitalsuaali.com.br>. Último acesso em 11 jun.2024.

3 Sobre o tema, conferir: Giesing, Cornelia; Vydrine, Valentin. *Ta'rikh Mandinka de Bijini (Guiné-Bissau): la mémoire des Mandinka et Sooninkee du Kábu*. Leiden, Boston: BRILL, 2007

4 Para acessar os manuscritos da *Africa Ajami Library*, aceder ao link: <https://open.bu.edu/handle/2144/1896>. Último acesso em 11 jun.2024.

5 Sobre os arquivos digitais, conferir: Ngom, Fallou. Digital archives for African Studies: making Africa's written heritage visible. In: Mizruchi, Susan (ed.). *Libraries and Archives in the Digital Age*. Cham: Palgrave Macmillan/Springer Nature, 2020, p.83-107.

O uso da escrita árabe surgiu na costa norte de Moçambique, assim como em outros espaços africanos, através do contato com o Islã desde o século VII. Conforme destaca Edward Alpers (2021), principalmente a partir do século VIII, “os deslocamentos humanos ganham destaque, com as migrações austronésias para Madagascar e a chegada de migrantes árabes e persas à costa da África Oriental” (Alpers, 2021, p. 47). Esse movimento de pessoas foi acompanhado por diversos intercâmbios comerciais, culturais e religiosos através do oceano Índico, caracterizado pelo indiano Sugata Bose (1998) como uma “arena inter-regional de interação política, econômica e cultural” (Bose, 1998, p.26), ou ainda “um ambiente ou meio cultural” (Jamal, 2010, p. 405), capaz de abrigar histórias e memórias resultantes do trânsito milenar, conforme descrito pelo pesquisador sul-africano Ashraf Jamal. Entre esses trânsitos, Ashin Dasgupta e Michel Pearson (1987) destacam as contribuições do Islã como um dos mais fecundos catalisadores de interações transnacionais. Isabel Hofmayer complementa que a disseminação do Islã promoveu “novas categorias de viajantes, principalmente peregrinos, administradores e estudiosos que passaram a usar o árabe como língua internacional” (Hofmeyr, 2018, p. 15-16). Em suma, a rápida expansão do Islã pelo Índico entre os séculos XIII e XV, teceu “um novo padrão de unidade econômica e cultural em toda esta vasta arena inter-regional” (Bose, 1998, p. 28). E mesmo com o avanço europeu a partir do século XVIII, o Índico continua a ser interpretado por pesquisadores como Bose, enquanto uma potencial unidade analítica, um paradigma transnacional (Brugioni, 2020), assim como um significativo “arquivo líquido” (Vergés, 2003).

Vejamos outros exemplos de literacia através do Islã na costa oriental africana.

A partir de um estudo-piloto dos documentos em escrita árabe realizado no Arquivo Histórico de Moçambique em 2009, composto por uma coleção de 782 cartas datadas entre 1870 e 1900, a pesquisadora Liazzat Bonate (2016) destaca que a alfabetização em escrita árabe teria ocorrido na costa norte de Moçambique, principalmente nas escolas corânicas conhecidas localmente como madrassas. No entanto, é particularmente relevante para este artigo o argumento de Bonate de que o ensino do Islã não se limitava ao campo religioso. Segundo suas palavras:

Em vez disso, foi amplamente aplicado a assuntos seculares, como transações comerciais, testamentos, histórias dinásticas e locais, poesia e outros gêneros literários e para comunicação. De particular interesse é a correspondência tanto com forasteiros, como os portugueses, como localmente entre os próprios africanos. Além disso, a alfabetização era acessada não apenas pelas elites religiosas muçulmanas e pelo establishment político masculino da costa, mas também por mulheres e não-muçulmanos do continente. (Bonate, 2016, p.60-61)

Focando mais especificamente na alfabetização, a pesquisadora cita uma série de relatos feitos por oficiais portugueses que descrevem a atuação das escolas corânicas e o modo pelo qual muitos dos designados na documentação como “monhés” sabiam ler, ao menos o Alcorão, incluindo mulheres. Neste cenário, além da figura do *khatib* (escriba), destacava-se o papel do *walimu* (professor), responsável pelo ensino nas madrassas ao norte de Moçambique, que não se limitavam apenas à costa. Segundo Bonate, o *walimu* desempenhava importantes funções como a produção de fórmulas religiosas para a solução de disputas, amuletos, adivinhações, sendo

procurado até mesmo por africanos não-muçulmanos. Ou seja, o interesse pela alfabetização em escrita árabe ao norte de Moçambique não se restringia apenas às relações comerciais, e funcionava como “uma porta de entrada para a aquisição de potentes conhecimentos esotéricos” (Bonate, 2016, p. 69)<sup>6</sup>, cada vez mais requisitados como forma de proteção.

Em suma, os documentos do século XIX analisados por Liazzat Bonate, escritos em ajami, kiswahili ou na variante local Kimwani, no litoral de Cabo Delgado, demonstram a integração do norte de Moçambique no circuito swahili estabelecido através do Índico e evidenciam a falibilidade da presença portuguesa até a efetiva invasão colonial<sup>7</sup>. A escrita também marcou a resistência contra as campanhas militares conduzidas pelo português Mouzinho de Albuquerque no final do século XIX, como evidenciado pelas cartas do sultão de Angoche, Faralahi, dirigidas ao Governador Português do Distrito de Angoche, e pela carta de Nagima, rainha de Namamarra, endereçada a um governante não identificado. Na carta, Nagima afirma que se sentiria honrada em lutar contra os portugueses, assim como contra os alemães ou ingleses<sup>8</sup>.

Milhares de textos documentam uma extensa circulação de produção escrita, incluindo literatura, entre comunidades islamizadas em grande parte do continente africano, abrangendo diversos períodos históricos. Nessa direção, Ousmane Oumar Kane (2012) sublinha a importância de uma “biblioteca

---

6 Bonate também cita uma série de correspondências trocadas entre governantes portugueses e governantes locais, como uma coleção publicada em 1789 por Frei João de Sousa, composta por 58 cartas em árabe datadas de 1503–1528 e trocadas entre os reis Manuel e João III com os governantes de Marrocos, Meca, Índia, Hormuz, Sumatra, Malaca, Etiópia, Moçambique e África Oriental, incluindo uma carta do governante da Ilha de Moçambique, Sharif Muhammad al-Alawi ao rei Manuel datado de 27 de maio de 1517. (Bonate, 2016, p. 69)

7 Com a ajuda da tradução feita pelo Shaykh Abu Dale, Liazzat Bonate afirma que as línguas das cartas em Kimwani traziam traços de outras línguas africanas locais, como Ci-Makwe, Ci-Makonde, Emakhuwa (língua do povo Makua), Ekoti (língua de Angoche) e Esangaji (língua das regiões de Sangage e Mogincual, e que são conhecidas como Enattembo). (Bonate, 2016, p. 71)

8 As duas cartas foram reproduzidas e traduzidas no texto de Bonate. (Bonate, 2016, p. 74-79)

islâmica africana”, destacando as contribuições significativas de intelectuais da África Subsaariana que escreveram em árabe ou ajami, muitas vezes ignorados tanto por falantes de línguas europeias quanto por compiladores árabes e orientalistas. Ao examinar o Islã na região da Senegâmbia nos séculos XVI e XVII, por exemplo, Thiago Mota ressalta a relevância de “uma literatura ficcional de fundamentação islâmica, composta por contos que remetem tanto à condição escrita quanto à oralidade” (Mota, 2018, p. 164). Portanto, segundo Kane, embora tenham sido organizados muitos registros e catalogações de manuscritos nas últimas décadas — como o *Catalogue de manuscrits árabes* (1990) do Instituto Mauritano de Investigação Científica, que é o estudo mais completo da literatura em árabe na Mauritânia, e os milhares de manuscritos de Timbuktu, no Mali<sup>9</sup> — a maioria dos pesquisadores ainda limita suas investigações a fontes orais ou escritas em línguas ocidentais<sup>10</sup>.

Nos estudos literários o cenário é semelhante e talvez devêssemos nos perguntar: até que ponto a produção escrita não eurófona, como a escrita ajami e árabe, é incorporada na periodização literária comumente adotada na área das literaturas africanas? Será que o enfoque espacial e linguístico, que reflete os antigos impérios coloniais do século XIX, não exclui uma importante produção literária escrita anteriormente e independente da Europa? Em última análise, não estaria a história literária exclusivamente centrada no projeto nacionalista

---

9 Cerca de 40.000 manuscritos de Timbuktu dos séculos 11 ao 20 foram disponibilizados no portal “Mali Magic” do Google Arts and Culture e estão disponíveis no link: <https://artsandculture.google.com/experiment/the-timbuktu-manuscripts/BQE6pL2U3Qsu2A>. Último acesso em 14 de jun, 2024. Ainda sobre a escrita no Mali, conferir: Moraes Farias, Paulo Fernando. *Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali: Epigraphy, Chronicles and Songhay-Tuareg History*. New York: Oxford University Press. 2003

10 Além de diversos esforços de tradução e catalogação, Kane cita grupos de pesquisa e revistas que vem contribuindo para pesquisa entorno da biblioteca islâmica africana, como o Institute for the Study of Islamic Thought in África, com sede na Northwestern University, Evanston, EUA e as revistas *Islam et Sociétés au Sud du Sahara*, publicada pela Maison des Sciences de l’Homme em Paris e *Sudanic Africa: A Journal of Historical Sources*, criada em 1990 por John Hunwick e Sean O’Fahey.

como uma *etapa* a ser alcançada desde o início das chamadas “manifestações literárias”?

Sem a pretensão de oferecer respostas definitivas e seguindo a proposta de revisitação crítica desse dossiê, o presente texto busca realçar ainda mais essas perguntas, argumentando que considerar os circuitos escritos do Islã, este “bordado oculto” como cunhou Ana Mafalda Leite<sup>11</sup>, pode representar uma abordagem inovadora para revisar (e ampliar) a periodização das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Mesmo que sua definição ainda esteja ligada às fronteiras territoriais e linguísticas estabelecidas por Portugal e mantidas após a independência, é importante destacar que a exclusão das contribuições do Islã na periodização literária é uma questão complexa que abrange diversas geografias e histórias literárias do continente, como aponta a pesquisadora sul-africana Isabel Hofmayer:

O Islamismo garantiu os mais amplos universalismos do Oceano Índico. Até hoje, a ideia do Islamismo e da escrita islâmica praticamente nunca foi levada em conta, de forma consistente, nas histórias literárias e culturais da África do Sul. O desenvolvimento desse projeto ajudaria a alargar os limites e vetores da literatura sul-africana de forma substancial. Um projeto como esse consideraria minimamente os escritores “seculares” que se envolvem com temas islâmicos ou corânicos (pense-se, por exemplo, em Shabbir Banoobhai) e o que isso significaria, uma vez equacionado, para as historiografias da literatura sul-africana. Também seria importante abordar as representações do Islã; um exemplo interessante é *Blanket Boy’s Moon*, de Peter Lanham e A.S. Mopeli-Paulus (1984), que trata em parte de um retrato positivo da comunidade islâmica de Durban na década de 1940. (Hofmayer, 2018,p. 33)

---

<sup>11</sup> O termo é utilizado por Ana Mafalda Leite (Rückert, 2020) ao problematizar a noção de “oriente” elaborada na obra *Ilha do Próspero* de Rui Knopfli. Segundo a pesquisadora, os poemas enfocariam, sobretudo, a Índia e o hinduísmo, enquanto o Islã e os árabes seriam representados como um 'bordado oculto', ou seja, estariam presentes nos poemas, mas seriam pouco mencionados explicitamente.

## A exclusão da poesia kiswahili na história literária

Como podemos observar até aqui, a expansão do Islã através das águas do Índico e a adoção do árabe e do alfabeto árabe em línguas locais incrementaram uma cada vez maior conexão e revitalização do comércio e das redes intelectuais. Isso resultou em um significativo *corpus* de produção escrita, espalhado por diversos espaços no continente africano<sup>12</sup>. É importante enfatizar que este processo ocorreu muito antes da presença europeia no século XVI e como destacam Reginaldo e Ferreira: “apesar de introduzir um grau de violência talvez sem precedente, a chegada dos portugueses, ainda no século XVI, pouco fez para alterar padrões milenares de comércio” (Reginaldo e Ferreira, 2021, p. 21). Em outras palavras, a escrita não foi “trazida” pelos europeus e, conforme atestam as pesquisas citadas, o continente africano não deve (ou não deveria) ser resumido a um espaço exclusivo da “oralidade”, direção esta que pode ser considerada essencialista e historicamente incompleta. Essa é uma discussão crucial no debate sobre a produção literária no continente africano, pois frequentemente a escrita é posicionada de forma antagônica à oralidade que, por sua vez, é genericamente agrupada no que se convencionou chamar por “tradição oral”. Nesse sentido, a “tradição oral” é encarada menos como uma estratégia narrativa dos autores e mais como um símbolo de autenticidade que “conservaria uma espécie de elemento ritualístico encapsulado na imagem do *griot* ou no estereotipo de uma produção discursiva a volta da fogueira”. (Vecchia e Welton Jr, 2022, p.205).

Como contraponto, destaco os recentes estudos do historiador moçambicano Chapane Muitia e da especialista em literaturas

---

12 Vale situar que além do árabe, diferentes povos africanos “produziram obras a partir de códigos próprios para registro de suas línguas, como as escritas ge’ez e tifinagh. (Mota, 2022, p.117).

africanas Clarissa Vierke, que têm oferecido uma contribuição significativa sobre a poesia islâmica em kiswahili encontrada em Moçambique. Ao focalizarem áreas que vão desde Sofala até os assentamentos swahili em Palma, na região de Pemba, assim como na Ilha de Moçambique e em Angoche, esses pesquisadores estão dando visibilidade às produções literárias da parte sul da costa swahili em detrimento as investigações que se concentram, predominantemente, na parte central, abrangendo Quênia e Tanzânia, com uma abordagem menor na parte norte, ao longo da costa da Somália<sup>13</sup>. Como podemos observar, não é a geografia nacional ou os limites coloniais que devem ser a unidade de análise para essa produção poética, mas sim uma configuração singular resultante do longo histórico de intercâmbio no oceano Índico: a costa swahili. Isso amplia significativamente nosso horizonte investigativo, conforme reflete o narrador do romance *Ponta Gea*: “ao contrário da rigidez das estradas, o mar deixa em aberto todos os roteiros” (Borges Coelho, 2017, p. 11).

É importante destacar que o uso do kiswahili como língua literária e religiosa está intrinsecamente ligado ao crescimento das irmandades sufis e sua prática de popularização da educação islâmica a partir do século XVIII<sup>14</sup>. Ou seja, como já indicou Liazzat Bonate (2016), o kiswahili tornou-se não apenas uma língua de ensino islâmico, mas também de composição poética, embora este tema receba pouca atenção acadêmica, possivelmente devido ao impacto duradouro da herança colonial das fronteiras entre as esferas de influência portuguesa e britânica

---

13 Uma volumosa antologia de poesias feitas através do dialeto suaili de *Chimwini*, publicada por Alessandra Vianello e Lidwien Kapteijns evidenciam a importância desta produção na costa norte swahili. (Vierke, e Mutia, 2020, p.45).

14 A reforma islâmica foi conduzida pelos estudiosos Hadrami dos clãs sharyf, que reivindicam descendência do profeta Maomé. Estes estudiosos eram predominantemente adeptos da ordem sufista *Alawiyya*, que teriam migrado do sul da Arábia para a África Oriental e outras partes do Oceano Índico por volta do século XV. Os sufis incentivavam o acesso individual aos textos islâmicos e, para tanto, estabeleceram uma vasta rede de produção e circulação textual, que incluía adaptações poéticas de tradições árabes. (Vierke, e Mutiua, 2020, p.48)

nas perspectivas de investigação (Mutuia e Vierke, 2020, p. 45). De todo modo, grande parte dos manuscritos poéticos de origem árabe dos séculos XVIII ao XIX pertencem ao gênero poético *utenzi*, elaborado através de prosódia em verso e caracterizado por expressar uma conduta moral e dramatizar eventos históricos. Originalmente destinado à recitação, esse gênero foi inicialmente composto no arquipélago de Lamu (atual Quênia) e se disseminou para Zanzibar, Comores e Angoche, onde se entrelaçou com a tradição escrita. De fato, os poemas *tenzi*, com o objetivo de promover a identidade e proteção religiosa, frequentemente narravam batalhas contra o Islã, como exemplificado pelo poema *Utenzi wa Tambuka* de 1728<sup>15</sup>. Com a influência da reforma sufi, esse quadro se expandiu significativamente. Além disso, *hadiths* e relatos biográficos do Profeta também foram representados literariamente através de fábulas, como o *Utenzi wa Ngamia na Paa*, poemas como o *Utenzi wa Kutawafu wa Nabii*, e narrativas históricas de suspense, como o *Utenzi wa Qiyama*, o *utenzi* do “Juízo Final” (Mutuia e Vierke, 2020, p. 51, 52).

No artigo *The Poem about the Prophet’s Death in Mozambique – Swahili as a Transregional Language of Islamic Poetry* (2020), Mutuia e Vierke exploram o *Utenzi wa Kutawafu*, conhecido como *Nazajina* em Angoche, norte de Moçambique, enfatizando as adaptações linguísticas e práticas locais de recitação. Os pesquisadores discorrem sobre a natureza transnacional do kiswahili, indicando que manuscritos do poema atravessam fronteiras nacionais e são encontrados em diversos territórios. Com isso, os autores destacam que o kiswahili não apenas possui múltiplos significados, mas também é um símbolo da identidade muçulmana transregional, sendo a poesia

---

15 O *Utenzi wa Tambuka* é um poema que narra a luta dos muçulmanos contra o imperador bizantino Heraklios em uma série épica de batalhas, como a batalha de Yarmouk, 641. (Vierke, e Mutuia, 2020, p.50)

uma expressão desse pertencimento tanto em forma quanto em conteúdo. O *Utenzi wa Kutawafu*, teria se disseminado pela costa swahili desde o século XIX e continua a ser recitado até hoje, inclusive em formatos comerciais como CDs vendidos em cidades como Mombaça. Cópias de seus manuscritos também são encontradas em diversos arquivos e coleções privadas em Kisimayu, Lamu, Tanga e Zanzibar, além de Angoche. Em Angoche, os autores do artigo encontraram três manuscritos do poema, todos com cerca de 300 estrofes, que, apesar de algumas variações fonéticas e gramaticais, são muito semelhantes aos encontrados em outros territórios da costa swahili, formando uma rede literária translocal muçulmana.

É válido destacar que Angoche teve relações significativas com as ilhas Comores, especialmente a partir da chegada de confrarias islâmicas como a Shadhiliyya em 1896, inicialmente à Ilha de Moçambique, e posteriormente espalhadas pela região, incluindo as áreas Makhua e Wayao, onde líderes locais se converteram ao Islã (Alpers, 2001). Essas conexões culturais, econômicas e religiosas com os espaços comorianos oferecem referências identitárias que parecem ter sido pouco exploradas no contexto do projeto nacional moçambicano. Nesse sentido, Jéssica Falconi (2013) sugere um olhar índico que amplie as perspectivas de moçambicanidade, não apenas no sentido nacional único e seus conceitos associados de nação, nacionalidade ou sistema literário nacional.

Em Angoche, o poema é recitado em casamentos e funerais, entoado num estilo de canto antifonal Makhuwa, distinto do estilo de Lamu, que, semelhante à recitação do Alcorão, enfatiza a pronúncia árabe do kiswahili, sugerindo assim uma criação estética local na experiência de recitar o poema, conforme

indicam Vierke e Mutiua. Os autores destacam ainda que, em termos de estrutura e estilo, *Nazajina* exemplifica o típico *utenzi*, com métricas que facilitam a memorização e dispositivos rítmicos que favorecem a escuta e o trabalho dos recitadores. Quanto ao tema, a morte do Profeta é anunciada desde o início pela personagem Jibril ao próprio Profeta, sendo adiada por inúmeros episódios de suspense até o desfecho final narrado em discurso direto e diálogos, colocando assim o público ouvinte como testemunha. Essa representação ou “encenação” da morte aborda a brevidade da vida, a fidelidade da *umma* (comunidade islâmica), a importância dos cinco pilares do Islã e a *huruma*, a compaixão entre os fiéis. Os autores argumentam ainda que a representação mimética do poema não se limita a um conteúdo puramente doutrinário, pois sua forma recitada e performática “não apenas reflete, mas em vez disso cria uma comunidade de ouvintes transformada pela experiência comum do poema” (Mutiua e Vierke, 2020, p. 70). Mesmo a versão escrita do poema “produz um efeito próprio que transcende o nível do significado resumido ou traduzível” (*idem*).<sup>16</sup>

Outro exemplo analisado pelos dois pesquisadores é discutido no texto intitulado ‘*The Kaiser, Angoche and the World in General: The Swahili Poetry of Mozambique as World (War) Literature*’, que aborda o longo poema ‘Kaisa’ (‘Kaiser’), escrito em kiswahili. O poema descoberto pelos pesquisadores em 2015 foi traduzido com a assistência do falecido Fundi Halide e explora as experiências da Primeira Guerra Mundial a partir de Angoche, no norte de Moçambique. A partir deste poema, os pesquisadores problematizam a dicotomia estabelecida entre a

---

<sup>16</sup> Versão original: “The poem in its recited form does not merely reflect, but instead creates a community of listeners transformed by the common experience of the poem. The written version of the poem also comes with its own effect that transcends the level of summarisable or translatable meaning.” (p.70)

“literatura oral tradicional” em línguas africanas, frequentemente vista como ligada ao local e a um passado primordial, e a “literatura moderna”, geralmente associada à escrita nas línguas coloniais e voltada para questões globais. Inspirados pela noção de “ecologia literária” de Alexander Beecroft<sup>17</sup>, que examina a interconexão entre mudanças políticas e formas literárias, os autores argumentam que *Kaisa* não só representa o mapa político das transformações globais, mas também oferece uma “autorrepresentação estética” da guerra, construída através da língua literária kiswahili e do gênero literário *utenzi*. Portanto, ao narrar o embate entre as tropas da Niassalandia (então colônia britânica, atual Malawi) e as tropas alemãs do Tanganica (então colônia alemã, atual Tanzânia), ambas com presença de soldados africanos<sup>18</sup>, o poema contribui para o desenvolvimento de uma narrativa descentrada da Europa sobre a Grande Guerra, complexificando o mapa político do conflito. Ao analisar o conteúdo do poema, cuja personagem principal é o comandante alemão, os autores ressaltam que a aliança entre Alemanha, Áustria e Império Otomano ofereceu outros contornos à figura do Kaiser, tornando-o um símbolo de resistência em uma *jihad* contra o imperialismo britânico e português (Mutuia e Vierke, 2023, p. 100). Não por acaso, ao recontar a disputa colonial entre portugueses, alemães e ingleses, o poema enfatiza o poderio militar alemão, sobrepondo os aspectos imperialistas na África Oriental. Além disso, o poema promove uma imaginação histórica construída desde Angoche e seus sujeitos-autores deste evento histórico mundial e local.

Os exemplos trazidos por Chapane Mutuia e Clarisse Vierke evidenciam a potencialidade destas produções literárias,

---

17 Beecroft, Alexander. *An Ecology of World Literature: From Antiquity to the Present Day*. Nova York: Verso, 2015.

18 Na força de defesa colonial alemã, a Schutztruppe, os soldados africanos eram chamados Askaris.

que ainda são pouco discutidos na área das literaturas africanas, o que nos leva a questionar: Se a teoria decolonial está em voga, por que essa vasta e sofisticada produção escrita por africanos tem sido praticamente ignorada na área? Por que a produção em ajami ou árabe não integra a história literária de Moçambique e de Guiné-Bissau, dois PALOPs com forte presença do Islã? Qual é o recorte cronológico que pauta a história literária e a quem (ou a quais interesses) ela serve? Essas questões colocam em xeque os critérios historiográficos tradicionais que muitas vezes privilegiam uma narrativa canônica, negligenciando outras formas de expressão cultural e literária africanas.

### **A nação como *etapa* principal da história literária**

Os estudos literários sobre o continente africano produzidos em espaços acadêmicos de língua portuguesa concentram-se, em grande parte, no paradigma nacional. Segundo alguns pesquisadores, isso acaba por restringir “a observação de circunstâncias históricas e culturais, colocando obras e autores em função contínua das lutas pelas independências” (Lugarinho e Carelli, 2019, p. 18). Contudo, a nação como paradigma literário vem sendo rediscutida em diferentes âmbitos, incluindo pesquisas voltadas às questões de gênero. Hilary Owen (2007), por exemplo, destaca que o processo de imaginação da unidade nacional moçambicana teria sido um projeto de “pensadores, escritores, políticos, revolucionários e críticos literários masculinos, os quais recorriam extensivamente, e sem questionar, a um repertório figurativo sexuado” (2007, p. 15). Além disso, Owen explora como o domínio da palavra literária e da construção da nação foi atribuído prioritariamente aos

homens, enquanto a percepção da “tradição” e da “oralidade” foi associada às mulheres. Já Mario Lugarinho (2017), ao discutir os papéis sociais da masculinidade, afirma que, se nas representações literárias do período colonial, a condição de subalternidade do homem negro era evidente, sendo sua importância social local subalternizada, na literatura dos anos da independência, teria vigorado a representação do chamado “homem novo” e dos heróis da nação. Por sua vez, Florence Stratton (1994) argumenta que a marginalização das mulheres no cânone literário africano está intrinsecamente ligada ao conceito de “literatura africana”, que seria moldado pela linha de conflito do colonialismo. Essa abordagem implica a construção de uma identidade baseada em projetos políticos cujos protagonistas são moldados à imagem de elites masculinas. Contudo, a periodização da produção literária feminina não necessariamente se alinharia, segundo Stratton, com a história literária marcada por uma concepção teleológica da história nacionalista. Nessa direção, Catarina Martins é enfática ao afirmar que:

O que determina inclusões e exclusões no cânone, atribuições de valor, a exegese dos textos, e que, surpreendentemente, continua, ainda hoje, na pós-colonialidade, a suscitar os maiores debates na crítica, mais do que critérios especificamente estéticos determinados pela produção textual em concreto, é a história política da nação (o combate anticolonial, a formação nacional) e conceitos de identidade nacional que denotam uma forte marca não somente ideológica, mas também, por vezes, racial e étnica, além de um profundo recorte patriarcal, nos protagonistas e nas temáticas. (Martins, 2022, p.105)

Ao que tudo indica, a periodização literária parece se valer de um modelo analítico que permanece conectado – ainda que se opondo – à presença colonial europeia, tendo como marco

histórico central a história política nacional. Um exemplo nesse sentido são as “manifestações literárias”, designação elaborada por Antonio Candido, que se distinguiria da “literatura propriamente dita, considerada aqui como um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase” (Candido, 1964, p. 25). Analisando o conceito de “manifestações literárias” de Candido em sua obra “Contornos Humanos: Primitivos, rústicos e civilizados em Antônio Candido” (2023), Anita Moraes avalia que, para o estudioso, ainda que existissem obras isoladas, apenas no decorrer do Romantismo o sistema literário — um conjunto de produtores conscientes de seu papel, de receptores e um mecanismo transmissor — se consolidou no Brasil. Sem a continuidade dessa tradição, não haveria literatura “como fenômeno de civilização”. Contudo, Moraes destaca que no texto “A literatura e a vida social”, segundo capítulo de “Literatura e Sociedade” (1965), Candido retoma a ideia de sistema adotando a perspectiva da literatura como um “sistema simbólico” resultante de uma “comunicação inter-humana”.<sup>19</sup> A partir de então, Anita Moraes se pergunta: “Se toda produção artística/literária é uma forma de comunicação – nos termos de Candido – como é possível dizer que haja ‘manifestação literária’ sem sistema literário?” (Moraes, 2023, p. 100). Para tentar responder a essa questão, a pesquisadora oferece uma reflexão que tem significativa relevância para este artigo: a distinção entre sistema literário e sistema literário nacional. Com isso, ela evidencia que, na obra “A Formação da Literatura Brasileira”, Candido buscou investigar “como a literatura brasileira se tornara chave no processo de formação da nacionalidade (ou de

---

<sup>19</sup> Segundo a pesquisadora, em diálogo com o estudioso Luís Costa Lima, essa noção de sistema resulta das reflexões feitas por antropólogos funcionalistas como Evans-Pritchard e Radcliffe-Brown sobre a suposta coesão e coerência do sistema social dos Nuer.

sua imaginação), isto é, como esteve vinculada à afirmação de uma identidade ou unidade nacional” (Moraes, 2023, p. 100). Ou seja, para o estudioso, o sistema literário passava, sobretudo, pelo “qualificativo nacional” (*idem*). Assim, as “manifestações literárias” seriam marcadas pela falta desse qualificativo nacional, organicidade e coesão. Em suma, a “consciência nacional” seria decisiva para configurar um sistema literário e a produção de seus cânones, sugerindo a existência de *etapas* para se alcançar um pretense “destino primordial” literário: a nação. No modelo candidiano, portanto, a história literária seria identificada “como um capítulo da história nacional, com seus heróis a serviço da nação e da civilização, responsáveis por seu progresso” (Moraes, 2023, p. 104).

Ao ser transportado para o contexto africano, o conceito de “manifestações literárias” de Candido foi adotado para identificar alguns textos produzidos no fim do século XIX e início do XX por um pequeno grupo de africanos letrados em português, autodenominados “filhos da terra” e organizados em associações locais (Zamponi, 1988) cujos escritos apresentavam uma suposta consciência “nativista” sobre os “valores da terra” e sugeriam um estimado, e posteriormente imaginado, componente “protonacionalista” (Andrade, 1997). Assim, obras e autores representativos dessas “manifestações” coincidem com o período da efetiva fixação da administração portuguesa nas então colônias africanas, onde tais literaturas estariam se formando e sugere uma fase precursora do posterior sistema literário nacional. Contudo, salvo engano, essa produção é comumente examinada como “manifestação” na medida em que *produzirá* – e aqui o frequente uso do tempo verbal no futuro é indicativo de sua função póstuma – efeitos na formação de uma consciência nacional e, por sua vez, na luta anticolonial que resultará na independência. Nesse tratamento aparentemente

evolutivo e teleológico, as peculiaridades do contexto do tempo presente em que tais textos foram produzidos parecem, de certa forma, subsumidas em prol de um futuro que, supostamente, esses escritos estariam pavimentando. Outro ponto a ser mencionado é a exclusão de produções que não apresentavam “qualitativos nacionais”, como a literatura islâmica, que integrava outros circuitos simbólicos extra europeus. Em suma, argumento que ao não serem enquadradas como ‘manifestações literárias’ ou *etapa* da consciência nacional, as produções literárias ligadas ao Islã não aparecem na história literária de espaços como Moçambique ou Guiné-Bissau, onde, conforme busquei evidenciar neste artigo, elas têm uma significativa trajetória.

Entendendo a atividade de pesquisa como um constante movimento de interrogação, é pertinente destacar que, em “Formação”, uma obra muito utilizada nos estudos da área de literaturas africanas, a aclimação literária enquanto um legado europeu no Brasil foi sugerido por Candido como um potencial organizador de superação, resistência e imposição ao “primitivismo” (Moraes, 2023, p. 44), conceito que aparece diversas vezes na produção de Candido conforme atesta Moraes<sup>20</sup>. Para tanto, o regionalismo seria uma *etapa* necessária enquanto o subdesenvolvimento econômico persistisse, assim como o folclore seria uma *etapa* literária da oralidade<sup>21</sup>. Gostaria de destacar, porém, que o modelo

---

20 Moraes destaca a constante dualidade entre “primitivos” e “civilizados” que pautaria o modelo teórico de Cândido. A diferenciação seria explicitada, sobretudo em “Estímulos da criação literária”, terceiro capítulo da obra *Literatura e Sociedade* de 1965, onde o autor compara um poema Nuer coletado pelo antropólogo Evans-Pritchard, traduzido em inglês e caracterizado como “literatura primitiva, com poemas de “literatura erudita” de escritores como Victor Hugo, Guilherme Almeida e Rilke analisados nos originais. (Moraes, 2023, p. 29-35). A mesma distinção seria aplicada, segundo Moraes, na tese sociológica de Candido “N’Os parceiros do Rio Bonito”, escrita em 1954 e publicada em 1964 sobre o caipira paulista, identificado pelo pesquisador como um “bandeirante atrofiado” em que ele observou a “perda dos padrões europeus e adoção de padrões das sociedades primitivas” (Candido, 1971, p. 46 *apud* Moraes, 2023, p. 36)

21 Em “Literatura de dois gumes” de 1966, Moraes destaca como Candido chamou a atenção sobre o perigo da absorção do “folclore” na literatura erudita, imprimindo um visível contraste “entre a inteligência do homem culto e o primitivismo reinante” (Candido, 2006, p. 204 *apud* Moraes, 2023, p. 51). Em “Literatura e Subdesenvolvimento” o folclore é caracterizado como “etapa” da comunicação oral e a catequese jesuítica é apresentada por Candido, segundo Moraes, como “um espécie de norte para as elites letradas nos trópicos, um modelo a ser seguido” (Moraes, p.57).

focado unicamente na perspectiva da existência de um sistema literário nacional e na consciência nacional como uma *etapa* literária a ser alcançada, além de periodizações centradas exclusivamente no conflito colonial no caso africano, pode eventualmente deixar de lado nuances variadas e obnubilar questões prementes. Nesse caso, ao problematizarem o modo pelo qual as milenares ligações estabelecidas na costa swahili vêm perdendo força ao longo do tempo, Chapane Mutiua e Clarisse Vierke apontam que é crucial considerar outras perspectivas analíticas e rediscutir outros marcos temporais, além da nação, que formam e transformam a diversa produção literária em diferentes espaços africanos, afinal:

O swahili persiste até certo ponto como uma língua de recitação poética e de cópia de manuscritos no norte de Moçambique, embora as ligações com o resto da costa swahili tenha sido interrompidas não só pelas lutas pela independência e pela guerra civil moçambicana, mas, mais importante ainda, pelas ideologias, orientação interna e política linguística de estados-nação individuais. Contrariamente à sabedoria convencional, não é no contexto do colonialismo, quando uma Cosmópolis muçulmana transcosteira estava bastante próspera, mas no contexto dos Estados-nação do Quênia, da Tanzânia e de Moçambique, que a costa suaíli vem perdendo o seu sentido de unidade e identidade cultural e religiosa, além das fronteiras estabelecidas durante a época colonial. Ainda assim, embora os vínculos discursivos estejam enfraquecidos, a forma poética, tal como os versos rimados, tem o poder de sobreviver ao longo de gerações.<sup>22</sup> (Mutiua e Vierke, 2020, 58,59)

---

22 Versão original: "Swahili persists to some extent as a language of poetic recitation and manuscript copying in northern Mozambique, although the links to the rest of the Swahili coast have been disrupted not only by the struggles for independence and the Mozambican civil war, but more importantly by the ideologies, inward orientation and language politics of individual nation states. Contrary to conventional wisdom, it is not in the context of colonialism, when a transcoastal Muslim cosmopolis was rather thriving, but in the context of the nation states of Kenya, Tanzania and Mozambique, that the Swahili coast is losing its sense of cultural and religious unity beyond the borders established during colonial times. Still, though discursive links are weakened, poetic form, like rhymed lines, has a power to live on and to survive over generations." (Mutiua e Vierke, 2020, 58,59)

## Interrogações finais

A significativa presença do Islã no continente africano, com seu crescimento demográfico e influência cultural, levanta questões importantes sobre como essa realidade é refletida na produção literária e na crítica literária contemporâneas<sup>23</sup>. Embora este texto tenha se concentrado na discussão da periodização literária que exclui os circuitos de escrita resultantes da expansão do Islã, é importante destacar que a representação do Islã e dos muçulmanos na produção literária em territórios como Moçambique parece ser pouco explorada. Em geral, quando os muçulmanos são retratados ficcionalmente, frequentemente é através da comunidade indiana, caracterizada por personagens tipificados como o comerciante “monhé”<sup>24</sup>. Essa representação tende a ser baseada em categorias fixas e estereotipadas, uma questão já problematizada por Francisco Noa (2018) nos romances coloniais, que relegaram os indianos a uma imagem abjeta. Noa argumenta que isso ocorreu principalmente porque esse grupo era visto como um concorrente pela hegemonia colonial, tanto religiosa quanto comercialmente, resultando em uma representação marcada por ressentimento, preconceito e intolerância.

No entanto, existem exceções notáveis, como nos textos poéticos de autores como Rui Knopfli e João Fonseca Amaral, e mais

---

23 Para se ter uma ideia, o relatório *Religious Composition by Country, 2010-2050*, elaborado pelo *Pew Research Center* estimou que, em 2020, entre as sete bilhões e meio de pessoas previstas no mundo, as duas religiões com maiores adeptos seriam o cristianismo com 2.382.750.000 de cristãos (31.1%) e o islamismo com 1.907.110.000 de muçulmanos (24.9%). No que se refere ao continente africano, 50,7% seriam cristãos e 42,69% muçulmanos, sendo a África do norte composta por 95% de muçulmanos e a chamada África subsaariana por 31% de sua população. Em relação ao Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a Guiné-Bissau abarcaria o maior número de muçulmanos com 46,1% de sua população, seguido por Moçambique com 17%. Já Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe teriam cerca de 1% de muçulmanos em cada um de seus territórios.

24 Analisando fontes coloniais, Valdemir Zamparoni (2000) destaca que “monhé” aparece como “comerciante”, “proprietário” “patrão”, assim como “fanáticos do Profeta”. A categoria teria um tom depreciativo e seria utilizada genericamente para definir pessoas de origem asiática fossem os “baneanes” hinduístas ou “mouros”, seguidores do Islã.

recentemente nas obras em prosa de escritores como Mia Couto<sup>25</sup>, João Paulo Borges Coelho e Lucilio Manjate, que contribuíram para ampliar essa representação. Esses autores exploram de maneira mais profunda as dinâmicas sociais, culturais e religiosas das comunidades muçulmanas em Moçambique, desafiando os estereótipos predominantes e enriquecendo o panorama literário ao oferecer uma visão mais complexa das identidades islâmicas dentro do contexto moçambicano. Em comparação à representação literária de descendentes indianos (muçulmanos ou não), Nazir Can (2016) destaca que as experiências índicas negro-africanas são ainda mais rarefeitas. Isso é intrigante, considerando a significativa parcela de muçulmanos que vivem ao norte do país (e não só), uma região exaustivamente requisitada na produção dos chamados “poetas do Índico”. Uma exceção proeminente é observada no conto “Pano Encantado” de Borges Coelho através do personagem Jamal, um jovem costureiro que tece, com linha e agulha, os conflitos de classe e de religião com seu patrão Rashid, os caminhos que levam à Meca e o itinerário histórico de sua confraria islâmica, a dikiri Shadhuliyya Madaniyya. Ao articular o universo micro ao macro, os bordados de Jamal cartografam tanto sua vida cotidiana no bairro de Macaripe na Ilha de Moçambique, quanto as conexões transnacionais sugeridas por seu desejo do *haji*, bem como as singularidades locais, complexificando os sentidos do Islã em Moçambique. Nazir Can (2020) também destaca a escassez de estudos que se debruçam sobre a representação das comunidades indianas na produção literária de Moçambique. Essa escassez se estende, com algumas exceções, à autorrepresentação literária dessas comunidades.

No que se refere à representação do Islã nas obras literárias, o cenário é ainda mais delicado, dificultando a construção de um

---

25 Nazir Can destaca o romance *Terra Sonâmbula* (1992) de Mia Couto, como a primeira obra em prosa a representar o indiano de forma abertamente positiva através do personagem Surendra Valá, amigo do menino Kindzu.

panorama com maior densidade. Isso levanta uma importante questão: no âmbito da pesquisa literária para além da história literária, também estaríamos diante de um bordado oculto, cujo tema segue pouco interrogado? Frente a este cenário, argumento que inserir na arena de debates os processos de islamização e a disseminação da escrita atrelados a tais processos é uma forma de revisitar criticamente a história literária e pensar outros olhares para a área das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Afinal, como lembra Thiago Mota:

Grande parte da produção escrita africana anterior ao colonialismo europeu deu-se através do alfabeto árabe, seja pela escrita árabe ou pelo uso desse código para escrever línguas locais. Compreender a existência de tradições escritas africanas anteriores à colonização europeia é fundamental para que o estudo da literatura não seja uma ferramenta de reificação da condição colonial. Ao norte e ao sul do Saara, houve e há literaturas não-eurófonas. A apropriação seja do alfabeto árabe, seja da língua árabe pelos africanos esteve ligada aos processos de islamização. (Mota, 2022, p. 117)

## Referências

ALPERS, Edward. A Complex Relationship: Mozambique and the Comoro Islands in the Nineteenth and Twentieth Centuries. *Cahiers d'Etudes Africaines*, Vol. 41, n.161, 2001, pp. 73-95.

ALPERS, Edward. África e Oceano Índico. In: *África, Margens e Oceanos: Perspectivas de História Social*. Lucilene Reginado e Roquinaldo Ferreira (orgs.). Campinas: Ed. Unicamp, 2021.

ANDRADE, Mário Pinto. *Origens do nacionalismo africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911- 1961*.

Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

BOSE, Sugata, Estado, economia e cultura na orla do Índico: teoria e história. *Oceanos* n. 34. Lisboa: CNCDP, Abril/Junho, 1998, pp. 25-36.

BRAGA-PINTO, César e MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele: Jornalismo e política em Moçambique, 1908-1922*. Maputo: Alcance Editores, 2014.

BRUGIONI, Elena. *Literaturas africanas comparadas: paradigmas críticos e representações em contraponto*. Campinas, Editora da Unicamp, 2019.

CAN, Nazir. *O campo literário moçambicano. Tradução do espaço e formas de insílio*. São Paulo: Editora Kapulana, 2020.

CAN, Nazir. A Ilha de Moçambique na ficção de João Paulo Borges Coelho: tensões islâmicas, um pano encantado e os índicos indícios. *Todas as Musas, Revista de Literatura e das Múltiplas Linguagens da Arte*. Ano 08, n. 01 Ago/Dez 2016, pp. 1-12.

FALCONI, Jéssica. ‘Para fazer um mar’. Literatura moçambicana e Oceano Índico. *Diacrítica*, v. 3, n. 27, 2013, pp.77-92.

GIESING, Cornelia; VYDRINE, Valentin. *Ta’rikh Mandinka de Bijini (Guiné-Bissau): la mémoire des Mandinka et Sooninkee du Kàbu*. Leiden, Boston: BRILL, 2007.

HOFMAYER, Isabel. “O Atlântico negro encontra o Oceano Índico: gerando novos paradigmas para um transnacionalismo do Sul Global – Perspectivas Literárias e Culturais”. *Remate de Males*, v. 38, n. 1, 2018, pp.10-41.

JAMAL, Ashraf. “Telling and selling on the Indian Ocean rim”. In: MOORTHY, Shanti & JAMAL, Ashraf (org.). *Indian Ocean studies: cultural, social, and political perspectives*. London, Routledge, 2010, pp. 403-417.

KANE, Ousmane Oumar. *Intellectuels non europhones*. Senegal:

CODESRIA, 2003.

LEITE, Ana Mafalda. Tópicos para uma história da literatura moçambicana. In: CALAFATE, Margarida e MENESES, Maria Paula (orgs.). *Moçambique: das palavras escritas*. Porto: Edições Afrontamentos, 2008, p. 47-76.

LUGARINHO, Mário. Paradigmas confrontados: algumas masculinidades nas literaturas africanas de língua portuguesa. *Metamorfozes — Revista de Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 14 n. 1, 2017, pp. 141-151.

LUGARINHO, Mário; CARELLI, Fabiana. Apresentação. In: ARENAS, Fernando. *África lusófona: além da independência*. Tradução de Cristiano Mazzei. São Paulo: Edusp, 2019.

MARTINS, Catarina. Rompendo os corpus das literaturas nacionais africanas: Corpos nus de mulheres negras In: Jéssica Falconi e Doris Wisser (orgs.). *Declinações: Género e nação nas literaturas e culturas africanas de língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2022, pp.101-118.

MOORTHY, S. & JAMAL, A. (eds.). *Indian Ocean studies: cultural, social, and political perspectives*. London, Routledge, 2010.

MORAES, Anita. M. R. *Contornos Humanos: primitivos, rústicos e civilizados em Antonio Candido*. Recife: CEPE, 2023.

MORAES FARIAS, Paulo Fernando. *Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali: Epigraphy, Chronicles and Songhay-Tuareg History*. New York: Oxford University Press. 2003.

MOTA, Thiago. *História atlântica da islamização na África Ocidental Senegâmbia, séculos XVI e XVII*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais e ao Programa de Doutorado em História na especialidade de História de África, do Departamento de História da Universidade

de Lisboa, 2018.

MOTA, Thiago. Islã, Islamização. *In: Fernanda Gallo (org.) Breve Dicionário das Literaturas Africanas*. Campinas: Editora Unicamp, 2022.

MUTIUA, Chapane e VIERKE, Clarissa e. “The poem about the Prophet’s death in Mozambique – Swahili as a transregional language of Islamic poetry”. *Journal of Islamic Studies*, vol. 38, nº 2, 2020, p. 44-74

MUTIUA, Chapane e VIERKE, Clarissa. The Kaiser, Angoche and the world in general: the Swahili poetry of Mozambique as world (war) literature. *In: Africa Literatures as the world literature*. London, Bloomsbury Publishing, 2022.

NGOM, Fallou. Digital archives for African Studies: making Africa’s written heritage visible. *In: MIZRUCHI, Susan (ed.) Libraries and Archives in the Digital Age*. Cham: Palgrave Macmillan/Springer Nature, 2020, p.83-107.

NOA, Francisco. *Uns e outros na literatura moçambicana: Ensaios*. São Paulo: Editora Kapulana, 2018.

OWEN, Hilary. *Mother Africa, Father Marx. Women’s Writing of Mozambique 1948-2002*. Lewisburg: Bucknell University Press, 2007.

REGINADO, Lucilene e FERREIRA, Roquinaldo. Apresentação. *In: África, Margens e Oceanos: Perspectivas de História Social*. Lucilene. Reginado e Roquinaldo Ferreira (orgs.). Campinas, Ed.Unicamp, 2021.

RÜCKERT, G. H. O oriente é um bordado oculto na história de Moçambique: entrevista com Ana Mafalda Leite. *Navegações*, 13(1), 2020, pp. 1-5.

STRATTON, Florence. *Contemporary African Literature and the Politics of Gender*. London and New York: Routledge, 1994.

THOMAZ, Fernanda do Nascimento. Os “Filhos da Terra”:

discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890 – 1930). Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008.

VECCHIA, Rejane e JÚNIOR, José Welton. “Oralidade”. In: GALLO, Fernanda (org.). *Breve Dicionário das Literaturas Africanas*. Campinas: Ed. Unicamp, 2022.

VERGÈS, Françoise. “Writing on water: peripheries, flows, capital, and struggles in the Indian Ocean”. *Positions: East Asia Cultures Critique*, vol. 11, n. 1, 2003, pp. 241-257.

ZAMPARONI, Valdemir. A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de “O Africano,” 1908-1920. São Paulo, *África: Revista Estudos Africanos*, Vol. 2, 1988, pp. 73- 86.

ZAMPARONI, Valdemir. Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940. *Lusotopie*, n°7,